



Município de Rio das Antas/SC
Processo Seletivo 01, 02, 03 e 04/2026

CADERNO DE PROVA

OFICIAL ADMINISTRATIVO


INSTRUÇÕES




Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.


PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

 3 horas

 40 questões

 5 alternativas

 Saída permitida somente após 1 hora de prova

 O candidato só poderá levar este Caderno após 2 horas de prova

- ⌚ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ⌚ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ⌚ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ⌚ Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ⌚ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À LEGALLE CONCURSOS. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36	
02		07		12		17		22		27		32		37	
03		08		13		18		23		28		33		38	
04		09		14		19		24		29		34		39	
05		10		15		20		25		30		35		40	

Para responder às questões 01 a 05, leia o texto abaixo.

Microempreendedoras vítimas de violência terão crédito especial

Microempresárias do setor de turismo vítimas de violência doméstica ou de gênero poderão pedir a suspensão temporária dos pagamentos de financiamentos obtidos por meio do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), bem como a ampliação dos prazos de carência. As mudanças nas regras do fundo criado para oferecer suporte financeiro a empreendimentos e políticas públicas de desenvolvimento do setor foram anunciadas pelo ministro do Turismo, Gustavo Feliciano.

Segundo a pasta, o objetivo das condições especiais de crédito para microempreendedoras do setor turístico é oferecer proteção e suporte econômico as vítimas de violência.

"A medida vai permitir que as mulheres que enfrentam momento difícil contem com carência maior nos financiamentos do Fungetur, dando estabilidade para preservar seus negócios e, depois, voltar a arcar com as parcelas", afirmou Feliciano, ao anunciar a medida durante o Fórum Internacional de Mulheres no Turismo, em João Pessoa (PB).

Com as mudanças nas regras operacionais do Fungetur, além da possibilidade de pedir a suspensão temporária dos pagamentos por até seis meses, as interessadas poderão solicitar que o prazo de amortização para investimentos em capital fixo passe de 240 para 246 meses, com carência estendida de 60 para 66 meses. No caso do financiamento de bens, a amortização sobe para 126 meses e a carência para 54 meses. Nas operações de capital de giro isolado, o limite de amortização vai a 126 meses e a carência é ampliada de 24 para 30 meses.

As novas regras valem tanto para novos financiamentos quanto para contratos em fase de amortização. Para receber o benefício, a solicitante terá que comprovar que é alvo de violência física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial previstos na Lei Maria da Penha. A apresentação de documentos oficiais, como medidas protetivas, decisões judiciais ou boletins de ocorrência, é obrigatória.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registra mais de um milhão de atendimentos anuais relacionados à violência de gênero. Considerando que mais de 10 milhões de mulheres estão à frente de um negócio no país, o Ministério do Turismo estima que os casos de violência tendem a agravar a vulnerabilidade econômica das empreendedoras, afetando a gestão dos negócios, a geração de renda, a manutenção de empregos e a sustentabilidade dos empreendimentos turísticos.

Daí a expectativa da pasta em "ampliar as condições de acesso e permanência das mulheres nas linhas de financiamento do Fungetur, reduzir os impactos econômicos da violência de gênero sobre os negócios e fortalecer a autonomia financeira feminina".

Fonte: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2026-06/mtur-microempreendedoras-vitimas-de-violencia-terao-credito-especial> (adaptado)

Questão 01. O último parágrafo do texto é iniciado pelo articulador **Daí**. Nesse contexto, esse termo estabelece com o parágrafo anterior uma relação discursiva de:

- (A) Condição, mostrando que a nova regra do governo só entrará em vigor caso os indicadores de agressão diminuam no país.
- (B) Contraste, opondo-se à argumentação estatística apresentada anteriormente.
- (C) Dúvida, revelando um olhar crítico quanto à possibilidade de que o Ministério do Turismo consiga ajudar o setor.
- (D) Conclusão ou consequência lógica, indicando que a expectativa de intervenção do Ministério surge diretamente como uma resposta ao grave cenário descrito.
- (E) Adição, acrescentando informações e novas estatísticas sobre a violência de gênero que não haviam sido mencionadas no texto.

Questão 02. Releia o trecho retirado do terceiro parágrafo: ... **A medida vai permitir que as mulheres que enfrentam momento difícil contem com carência maior nos financiamentos do Fungetur...** Assim, a palavra sublinhada classifica-se morfossintaticamente e atua de forma CORRETA como:

- (A) Conjunção subordinativa integrante, exercendo a função de introduzir o complemento exigido pelo verbo **enfrentar**.
- (B) Pronome relativo, visto que substitui seu termo antecedente (**mulheres**), atuando como o sujeito do verbo **enfrentar** e introduzindo uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- (C) Partícula de realce, pois sua remoção não alteraria a análise gramatical e a regência do período composto.
- (D) Preposição essencial de tempo, indicando quando essas trabalhadoras passaram a enfrentar dificuldades.
- (E) Pronome interrogativo indireto, uma vez que introduz um questionamento implícito sobre quais mulheres terão direito ao benefício.

Questão 03. No trecho **...o objetivo das condições especiais de crédito [...] é oferecer proteção e suporte econômico as vítimas de violência.**", ocorreu um desvio de natureza gramatical. Considerando isso, assinale a alternativa que apresenta a reescrita CORRETA desse trecho após as reticências entre colchetes.

- (A) "...oferecer proteção e suporte econômico às vítimas de violência."
- (B) "...oferecer proteção e suporte econômico para às vítimas de violência."
- (C) "...oferecer proteção e suporte econômico a vítimas da violência."
- (D) "...oferecer proteção e suporte econômico às vítimas de violência."
- (E) "...oferecer proteção e suporte econômico á vítimas de violência."

Questão 04. No quarto parágrafo, o texto faz uso de termos técnicos: **amortização** e **carência**. No contexto textual, essas palavras significam, CORRETA e respectivamente:

- (A) O aumento progressivo dos juros bancários; e o cancelamento automático da dívida por ordem judicial.
- (B) O pagamento gradual para a extinção de uma dívida; e o período inicial concedido em que o devedor fica isento do pagamento das parcelas.
- (C) A interrupção de um contrato empresarial; e a falta de documentos obrigatórios para abrir uma conta.
- (D) O lucro obtido em uma negociação de vendas; e a punição monetária aplicada em razão de atrasos diários.
- (E) A transferência da dívida para outra instituição financeira; e o estado emocional de vulnerabilidade das vítimas de violência.

Questão 05. O termo **microempreendedoras**, central para o assunto do texto, é composto mediante um processo morfológico da Língua Portuguesa. Com isso, assinale a alternativa que indica a classificação CORRETA dessa formação.

- (A) Derivação parassintética, visto que depende da junção simultânea e inseparável de prefixo e sufixo.
- (B) Derivação prefixal, mediante o acréscimo do prefixo **micro-** a uma base nominal já existente.
- (C) Composição por aglutinação, em que os radicais envolvidos se unem sofrendo perda de fonemas.
- (D) Derivação imprópria, pois o termo foi transformado de verbo para adjetivo sem sofrer alteração em sua forma gráfica.
- (E) Composição por justaposição, pois ocorre a união de dois substantivos autônomos que perdem sua tonicidade original.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 06. Um auditor interno emitiu a seguinte diretriz de segurança lógica sobre o trâmite de documentos sigilosos na repartição: 'Se o processo físico é digitalizado, então a assinatura do gestor é obrigatória e o carimbo de conferência é afixado'.

Sabendo que a equipe constatou oficialmente que o carimbo de conferência NÃO foi afixado em um determinado documento hoje, qual é a conclusão lógica e equivalente que o auditor deve registrar no sistema de controle?

- (A) A assinatura do gestor foi realizada.
- (B) A assinatura do gestor não é obrigatória.
- (C) O processo físico foi digitalizado.
- (D) O processo físico não é digitalizado.
- (E) O carimbo de conferência foi afixado ontem.

Questão 07. Para a modernização das calçadas ao redor de prédios públicos, a Prefeitura escalou 8 operários especializados, que conseguiram assentar 240 blocos de concreto, trabalhando durante 5 horas diárias. Diante de uma nova demanda emergencial, a coordenação decidiu reorganizar o setor e escalou exatamente 6 desses operários para trabalharem por 4 horas diárias. Assim, quantos blocos de concreto essa nova configuração de equipe conseguirá assentar no mesmo tipo de calçada?

- (A) 144 blocos.
- (B) 120 blocos.
- (C) 180 blocos.
- (D) 156 blocos.
- (E) 150 blocos.

Questão 08. O almoxarifado central recebeu um lote de pastas de processos e o gerente organizou a distribuição em prateleiras verticais. No primeiro nível do móvel, foram colocadas 14 pastas. No segundo nível, colocaram 18 pastas e, no terceiro nível, alocaram 22 pastas. Mantendo estritamente esse mesmo ritmo de acréscimo constante na organização e sabendo que o funcionário preencheu até o décimo nível disponível, qual foi o total geral de pastas guardadas nesse móvel?

- (A) 350 pastas.
- (B) 300 pastas.
- (C) 50 pastas.
- (D) 280 pastas.
- (E) 320 pastas.

Questão 09. Uma secretaria municipal organiza as informações de atendimento em uma planilha eletrônica estruturada como uma matriz quadrada de ordem 2, em que cada elemento representa o volume de chamados de um setor. Sabe-se que a lei de formação dessa matriz obedece à regra de que o elemento da linha **i** e coluna **j** é dado por $2i + 3j$. Diante dessa padronização de dados, qual é o valor exato resultante da multiplicação de todos os elementos que compõem a diagonal principal?

- (A) 40.
- (B) 50.
- (C) 100.
- (D) 25.
- (E) 15.

Questão 10. Em uma pesquisa de clima organizacional interna, coletaram-se dados sobre a preferência de 140 servidores em relação a dois cursos de capacitação oferecidos pela Prefeitura: Gestão Pública e Informática. O relatório apontou que 80 servidores demonstraram interesse no curso de Gestão e 90 servidores escolheram Informática. Sabendo que todos responderam à pesquisa, quantos servidores optaram exclusivamente pelo curso de Informática?

- (A) 50 servidores.
- (B) 30 servidores.
- (C) 60 servidores.
- (D) 40 servidores.
- (E) 90 servidores.

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

ATUALIDADES/LEGISLAÇÃO

Questão 11. Sabe-se que no início de 1919, Rio das Antas/SC passou a ser distrito do município de _____. O distrito foi elevado a município por ato oficial no dia 21 de junho de 1958, por meio de lei, mas instalado no dia 27 de julho de _____. Neste ano, iniciou-se a construção do prédio oficial.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) Campos Novos; 1958.
- (B) Videira; 1961.
- (C) Campos Novos; 1961.
- (D) Caçador; 1958.
- (E) Videira; 1963.

Questão 12. Todo município possui um nome e esse nome é devido a alguma pessoa conhecida da área, uma característica predominante da paisagem, entre outros. Nesse mesmo sentido, analise as alternativas que seguem e assinale a que apresenta a razão adequada para o nome do Município de Rio das Antas/SC.

- (A) A primeira família da região trouxe consigo, da Europa, um bando de antas.
- (B) Trata-se de um sobrenome comum da região, da época da colonização.
- (C) Apelido que o fundador do município tinha na sua família e amigos.
- (D) Quantidade de antas que habitavam as margens do Rio do Peixe na época da colonização.
- (E) O desenho formado por uma rocha da região lembrava uma anta.

Questão 13. Assim como grande parte dos municípios do sul do país, hoje Rio das Antas/SC tem as atividades agropecuárias como destaque, sendo referência nos ramos previstos em quantos dos seguintes itens? **I.** Ervamate; **II.** Leiteiro; **III.** Produção de suínos e aves; **IV.** Plantio de grãos.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Apenas 3 deles.
- (E) Todos os 4.

Questão 14. Sabe-se que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença, doença comprovada ou missão por esta autorizada, ocasiona a perda do mandato do Vereador, conforme Lei Orgânica, assim como o previsto em quantos dos seguintes itens? **I.** O Vereador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar; **II.** O Vereador que perder ou tiver suspensos os direitos políticos; **III.** O Vereador que fixar residência fora do Município; **IV.** O Vereador que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Apenas 3 deles.
- (E) Todos os 4.

Questão 15. A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou____, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido na legislação específica, obedecido o disposto na Lei Orgânica.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) especiais.
- (B) solenes.
- (C) esporádicas.
- (D) triviais.
- (E) perenes.

Questão 16. Sabe-se, conforme a Lei Orgânica, que na constituição da Mesa da Câmara é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que integram a Câmara. Para isso, imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência de qual dos presentes e, havendo maioria dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados?

- (A) Do mais jovem.
- (B) Do mais idoso.
- (C) Do mais votado.
- (D) Do primeiro eleito.
- (E) Do que possui mais tempo de vida política.

Questão 17. A convocação extraordinária da Câmara Municipal obedecerá ao que dispuser o Regimento Interno e se fará:

- I. Pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria absoluta dos seus membros, em caso de urgência ou interesse público relevante.
- II. Pelo Presidente da Câmara, para o compromisso de posse do Prefeito e do Vice - Prefeito e no caso de edição de medida provisória.
- III. Por qualquer munícipe maior de dezoito anos e que tenha votado nas últimas eleições municipais.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas III.

Questão 18. Analise as partes que seguem, conforme Lei Orgânica: As comissões especiais de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno (**1ª parte**) e serão criadas pela Prefeitura mediante requerimento de um terço de seus Secretários, para a apuração de fato determinado e por prazo certo (**2ª parte**), sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores (**3ª parte**).

Acerca das partes, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª parte está correta.
- (B) Apenas a 2ª parte está correta.
- (C) Apenas a 3ª parte está correta.
- (D) Apenas a 2ª parte está incorreta.
- (E) Apenas a 3ª parte está incorreta.

Questão 19. As alternativas a seguir abordam as emendas à Lei Orgânica, conforme estabelece esse próprio dispositivo legal. A partir disso, analise o que está sendo afirmado nas alternativas que seguem e assinale a que apresenta informação INCORRETA.

- (A) A proposta de emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas, o voto favorável de um terço dos membros da Câmara Municipal.
- (B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada, ou havida prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (C) A Lei Orgânica do Município pode ser emendada mediante proposta do Prefeito.
- (D) A emenda aprovada nos termos da Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.
- (E) A Lei Orgânica do Município pode ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

Questão 20. As leis complementares exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara. São leis complementares as concernentes às seguintes matérias, como exemplo:

- I. Plano Diretor do Município.
- II. Estrutura Administrativa do Município.
- III. Código de Obras ou de Edificações.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21. Um Oficial Administrativo do Município foi formalmente notificado pelo setor de Recursos Humanos para entregar a sua declaração anual de bens e valores, correspondente àquela apresentada à Receita Federal do Brasil (RFB). Mesmo ciente de sua obrigação e após o término do prazo fixado, o servidor recusou-se deliberadamente a apresentar o documento. Considerando os ditames da Lei nº 8.429/1992, diante de sua recusa e da relutância dolosa, o referido agente público deve ser punido com a pena de:

- (A) Suspensão, visto que o ato caracteriza infração de menor potencial ofensivo ao erário.
- (B) Advertência por escrito, por se tratar de inobservância primária de um dever instrumental ou cadastral.
- (C) Multa civil equivalente a dez vezes a sua remuneração, sendo proibida a punição de cunho disciplinar.
- (D) Destituição de função, cumulada com o bloqueio imediato dos vencimentos até a efetiva regularização.
- (E) Demissão, sem prejuízo da aplicação de outras sanções penais, civis e administrativas cabíveis ao caso.

Questão 22. De acordo com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) a "informação sigilosa" diferencia-se da "informação classificada" porque aquela:

- (A) É o conceito amplo que engloba tanto os sigilos legais prévios quanto as informações classificadas por autoridade.
- (B) Configura uma espécie de informação classificada, aplicando-se apenas aos graus secreto, ultrassecreto e reservado.
- (C) É sinônimo de informação pessoal, voltada a proteger de forma exclusiva a intimidade, a vida privada e a imagem.
- (D) Depende de ato discricionário do Chefe do Executivo para existir, sendo vedada a sua instituição por força de lei.
- (E) Corresponde a dados públicos que aguardam transcurso de cinco anos para serem submetidos ao rito de classificação.

Questão 23. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece parâmetros rigorosos para o controle das finanças públicas, utilizando diversos indicadores para a verificação de limites e condução da gestão fiscal. Um dos conceitos centrais da norma, que serve de base de cálculo para limites de despesa com pessoal e endividamento, é a Receita Corrente Líquida (RCL), cuja apuração é realizada somando-se as receitas arrecadadas no:

- (A) Exercício financeiro atual em curso, excluídas as duplicidades e os repasses obrigatórios aos demais Poderes.
- (B) Mês em referência e nos doze meses subsequentes, na forma de previsão, excluídas as parcelas de capital.
- (C) Mês em referência e nos onze anteriores, com a obrigatória exclusão das duplicidades.
- (D) Semestre em referência e no semestre anterior, totalizando doze meses, admitida a manutenção das duplicidades.
- (E) Mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades e as arrecadações de natureza extraordinária.

Questão 24. Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum, salvo quando o texto versar sobre assunto técnico (hipótese em que se utilizará nomenclatura própria da área), diz respeito ao atributo da redação oficial denominado:

- (A) Concisão.
- (B) Clareza.
- (C) Objetividade.
- (D) Coesão.
- (E) Formalidade.

Questão 25. Determinada autarquia municipal de saneamento concluiu a instalação de uma usina de triagem e, embora já tivesse cumprido rigorosamente todas as exigências e licenças da legislação vigente, sua cúpula decidiu ir além de seus deveres básicos: de forma voluntária, a entidade implantou um programa gratuito de capacitação profissional e apoio à saúde para os moradores da comunidade local. A esse respeito, afirma-se CORRETAMENTE que a conduta da autarquia evidencia o exercício da:

- (A) Responsabilidade social, que abrange ações voluntárias de bem-estar, não se confundindo com obrigações legais.
- (B) Obrigação legal, uma vez que a autarquia está limitada ao cumprimento de normas e sanções estatais.
- (C) Filantropia compulsória, visto que os órgãos públicos devem doar parte de suas receitas para a comunidade local.
- (D) Gestão de riscos, que objetiva puramente evitar multas ambientais e sanções dos Tribunais de Contas locais.
- (E) Sustentabilidade financeira, focada exclusivamente na otimização de lucros e na redução dos custos da usina.

Questão 26. Um Vereador de oposição de determinado Município apresentou um projeto de lei que, embora contivesse flagrantes vícios de inconstitucionalidade, foi aprovado pelo plenário da Câmara Municipal. O texto foi, então, encaminhado ao Prefeito. Percebendo a inconstitucionalidade e incomodado com a autoria da oposição, o Chefe do Executivo decidiu simplesmente “engavetar” o projeto, deixando de se manifestar. Decorridos 90 dias do recebimento pelo Prefeito, o Ministério Público oficiou o Município solicitando esclarecimentos sobre a inércia governamental, ocasião em que o Prefeito alegou que não tomou providências porque a matéria era inconstitucional. Considerando as normas do processo legislativo, para fundamentar sua discordância e impedir a conversão da proposta em lei por sanção tácita, em vez de ter “engavetado” o projeto aprovado, o Prefeito deveria ter:

- (A) Devolvido o projeto à Câmara para arquivamento, visto que atos inconstitucionais independem de controle do Executivo.
- (B) Ajuizado ação direta de inconstitucionalidade preventiva, suspendendo o prazo de quinze dias úteis para a sua sanção.
- (C) Aguardado o decurso do prazo legal para operar o veto tácito, que afasta automaticamente projetos inconstitucionais.
- (D) Oposto o veto jurídico, de forma total ou parcial, no prazo previsto na Lei Orgânica, contado do recebimento do autógrafo legislativo pelo Prefeito.
- (E) Promulgado a lei com expressas ressalvas, transferindo ao Poder Judiciário o dever de anular a inconstitucionalidade.

Questão 27. Uma Secretaria Municipal de Educação utiliza o Sistema de Registro de Preços (SRP) para adquirir gêneros alimentícios para a merenda escolar. Os itens não perecíveis são solicitados e entregues integralmente em um depósito central, onde a Nutricionista e o Almoxarife gerenciam o estoque para atender às demandas das escolas. Já os perecíveis, como carnes, legumes e frutas, são entregues semanalmente pelos fornecedores diretamente nas unidades escolares, conforme o cronograma definido pela Nutricionista. Considerando as práticas de gestão de estoques e a logística adotada, afirma-se CORRETAMENTE que:

- (A) A entrega direta dos perecíveis nas escolas configura uma estratégia de *cross-docking* sem estoque centralizado.
- (B) O depósito central atua como um pulmão estratégico, eliminando totalmente a necessidade de estoques de segurança.
- (C) A segregação do fluxo logístico entre perecíveis e não perecíveis visa otimizar custos e reduzir perdas físicas.
- (D) O sistema de distribuição adotado para os não perecíveis caracteriza uma operação *just-in-time*.
- (E) A gestão centralizada de itens não perecíveis ignora os objetivos da cadeia de suprimentos quanto à agilidade.

Questão 28. Um Município está elaborando as especificações técnicas para licitar recipientes adequados ao armazenamento de documentos recém-recolhidos. Visando à preservação correta do acervo e seguindo as diretrizes clássicas de conservação, o setor precisa definir o material apropriado para a aquisição. Com base no que dispõe a Teoria Arquivística, o Oficial deve informar no pedido de compra que o tipo ideal de caixa de transferência é confeccionado em:

- (A) Polietileno.
- (B) Acrílico opaco.
- (C) Madeira tratada.
- (D) Plástico transparente.
- (E) Papelão.

Questão 29. De acordo com o Glossário dos Documentos Arquivísticos Digitais do CONARQ, ao se diferenciar a "Assinatura Eletrônica" da "Assinatura Digital", constata-se CORRETAMENTE que esta última:

- (A) Consiste na geração de qualquer símbolo de computador autorizado por um indivíduo para equivaler à assinatura manual.
- (B) Independe de operações matemáticas e do uso de chave privada, bastando a identificação visual sistêmica do signatário.
- (C) É um conceito genérico e mais amplo que a assinatura eletrônica, englobando métodos simples como o uso de biometria.
- (D) Gera um registro criptográfico idêntico para todos os documentos assinados por um mesmo usuário, provando a autoria.
- (E) É uma modalidade de assinatura eletrônica, baseada em criptografia, que assegura a integridade e o não repúdio.

Questão 30. Uma comitiva de Prefeitos de determinado Estado do Brasil viajou até a Suíça para participar de um congresso sobre segurança pública. O objetivo central da missão era conhecer, avaliar e aprender com o modelo europeu, reconhecido mundialmente pela sua excelência, para tentar adaptar e incorporar essas melhores práticas aos seus municípios quando regressarem ao Brasil. Considerando os conceitos consolidados da Doutrina Administrativa, a ferramenta gerencial aplicada por esses Prefeitos na busca e assimilação desse padrão de excelência corresponde ao processo de:

- (A) Reengenharia, pois propõe a mudança radical da estrutura da segurança pública, recriando-a a partir do zero.
- (B) *Downsizing*, uma vez que a viagem busca técnicas para a redução de custos e o enxugamento de níveis hierárquicos.
- (C) *Brainstorming*, visto que o congresso tem como foco principal a geração livre e aleatória de novas ideias.
- (D) *Benchmarking*, pois consiste na avaliação, aprendizado e incorporação das melhores práticas de um líder do setor.
- (E) *Outsourcing*, já que o objetivo dos Prefeitos é viabilizar a terceirização do sistema de segurança municipal.

Questão 31. Com o objetivo de coibir a apresentação de atestados médicos, um Município editou uma lei determinando que o servidor público que deixasse de comparecer ao trabalho, independentemente da apresentação de atestado médico, perderia um percentual do vale-alimentação mensal na seguinte proporção:

- 1 dia: 10%.
- 2 dias: 20%.
- 3 dias: 30%.
- 4 dias ou mais: 100%.

Após seis meses de vigência, o setor de Recursos Humanos (RH) realizou um estudo para avaliar os resultados. O levantamento demonstrou que a situação, na verdade, piorou, havendo um aumento de 15% na média de atestados apresentados no período, motivado pela revolta dos servidores com a medida. A esse respeito, constata-se que a medida adotada pelo Município foi:

- (A) Ineficiente, pois a redução de despesas com o vale não compensou o custo processual gerado pelo excesso de faltas.
- (B) Ineficaz, pois não alcançou o objetivo pretendido, e inefetiva, devido ao impacto negativo na realidade local.
- (C) Efetiva, uma vez que a lei foi rigorosamente aplicada, mas ineficaz em razão da insatisfação gerada na categoria.
- (D) Eficaz no controle de despesas públicas, porém ineficiente, visto que não otimizou os processos internos do RH.
- (E) Ineficiente, pois o foco na punição financeira desrespeitou o princípio normativo de aceitação de atestados.

Questão 32. Visando garantir maior transparência ao ato, o Prefeito de um município fez constar, na portaria de instauração de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), o nome completo do servidor investigado, a pormenorização dos fatos e a capitulação legal da conduta. A esse respeito, afirma-se que a exposição detalhada adotada na portaria:

- (A) É obrigatória, sob pena de nulidade e ofensa ao princípio da ampla defesa logo na fase inaugural do processo.
- (B) Configura vício insanável, pois a sindicância é o único procedimento que admite a tipificação prévia de fatos.
- (C) É exigida por lei, já que a ocultação do nome do servidor investigado na portaria gera a prescrição antecipada.
- (D) Deve ser mantida, pois resguarda a autotutela administrativa e evita a posterior revogação dos atos apuratórios.
- (E) É dispensável nessa fase, visto que a descrição minuciosa e a tipificação só se exigem na fase de indiciamento.

Questão 33. A Prefeitura de um município fornece atualmente o benefício do auxílio-alimentação aos seus servidores por meio de um cartão gerido por uma empresa terceirizada contratada para esse fim. Contudo, o Prefeito, visando cortar os custos operacionais do contrato com a operadora do cartão, planeja rescindir a contratação e passar a pagar o valor exato do benefício diretamente em folha (em dinheiro/pecúnia) aos servidores. O pagamento do auxílio-alimentação diretamente em dinheiro fará com que a parcela:

- (A) Passe a ter natureza estritamente indenizatória, impedindo sua inclusão no cálculo de outras vantagens funcionais.
- (B) Perca a sua finalidade salarial, sendo vedada a sua inclusão na base de cálculo de outras vantagens pecuniárias.
- (C) Mantenha a natureza indenizatória original, não compondo a base de cálculo de outras vantagens pagas em pecúnia.
- (D) Assuma natureza remuneratória, passando a compor a remuneração e a base de cálculo de outras vantagens funcionais.
- (E) Integre o vencimento básico do servidor, com vedação expressa de sua incidência sobre a base de outras vantagens.

Questão 34. Considerando que o Ministério Público possui autonomia funcional e não integra a hierarquia da estrutura administrativa dos entes federativos, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE, segundo a doutrina do Direito Administrativo, qual o tipo de Controle exercido por essa instituição sobre os atos praticados pela gestão municipal.

- (A) Legislativo.
- (B) Administrativo.
- (C) Externo.
- (D) Judicial.
- (E) Concomitante.

Questão 35. Suponha que uma senhora idosa caminhava pela calçada em frente a um supermercado de um município e que, devido a uma grande saliência e a buracos no passeio público (área de uso comum sob administração, vigilância e dever de conservação da Prefeitura), ela tenha tropeçado, caído e sofrido uma grave fratura no fêmur. Inconformada com a inércia do ente municipal em manter a via em condições normais de uso, a idosa decidiu ingressar com um pedido de reparação pelos danos sofridos. Sobre a conduta omissiva do Estado, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE qual teoria de Responsabilidade Civil que se aplica a esse caso.

- (A) Risco integral.
- (B) Culpa civil.
- (C) Risco administrativo.
- (D) Irresponsabilidade estatal.
- (E) Culpa administrativa.

Questão 36. A Prefeitura de um município abriu licitação para aquisição de gêneros alimentícios. Durante a fase de negociação, após a declaração de vencedor, o representante da empresa que ofertou o menor preço entrou em contato com o pregoeiro, solicitando a desclassificação voluntária de sua proposta. A licitante admitiu ter cometido um erro de cálculo na precificação, omitindo custos indispensáveis (como frete e encargos), resultando em um valor manifestamente inexequível, incapaz de assegurar a entrega dos itens com a qualidade e as quantidades exigidas no Termo de Referência. Diante do risco de inexecução contratual e dos prejuízos operacionais decorrentes de um futuro processo de rescisão e nova licitação, a conduta CORRETA do pregoeiro deve ser:

- (A) Obrigar o licitante a manter a proposta, sob pena de sanções, dada a vinculação obrigatória ao instrumento convocatório.
- (B) Desclassificar o licitante e convocar o próximo, evitando forçar a execução de contrato sabidamente inexequível.
- (C) Realizar diligência permitindo que o licitante apresente planilha suplementar para elevar o preço da proposta inicial.
- (D) Invalidar todo o certame e abrir nova licitação, pois a desclassificação do vencedor fere a competitividade.
- (E) Habilitar a licitante e, em caso de inadimplemento na execução, rescindir o contrato e aplicar multa ao vencedor.

Questão 37. A Prefeitura de um município abriu licitação para adquirir grande quantidade de concreto, exigindo atestado de capacidade técnica para garantir a execução da obra. Na fase de habilitação, a empresa Concreto Rápido apresentou atestado assinado por autoridade administrativa de município vizinho, declarando que a empresa "possui infraestrutura de ponta e está apta a fornecer o material". O pregoeiro constatou que o documento não comprova a execução pretérita de serviços ou fornecimentos anteriores, mas apenas atesta a suposta capacidade operacional futura da licitante. Considerando os preceitos da Lei nº 14.133/2021, a conduta CORRETA do pregoeiro deve ser:

- (A) Realizar diligência para que a empresa apresente atestado de execução pretérita preexistente à abertura do certame.
- (B) Inabilitar sumariamente a empresa, pois a lei veda a juntada posterior de qualquer documento na fase de habilitação.
- (C) Habilitar a empresa, visto que a declaração da autoridade do município vizinho possui fé pública e atesta a aptidão.
- (D) Diligenciar o município emissor para que emita novo documento dispensando a exigência de histórico de fornecimento.
- (E) Habilitar condicionalmente a licitante, exigindo garantia financeira adicional para suprir a inexperiência técnica.

Questão 38. Em uma cidade, a Prefeitura sempre foi a responsável direta pelo abastecimento de água, cuidando da manutenção das caixas-d'água, do tratamento, da distribuição e da cobrança das faturas. Visando modernizar a infraestrutura local, o Prefeito decidiu transferir a execução desse serviço para uma empresa privada, por um prazo de 30 anos. A transferência exigiu prévia licitação na modalidade concorrência. O contrato assinado estabelece que a empresa atuará por sua própria conta e risco, e a sua remuneração virá exclusivamente das tarifas pagas pelos moradores, sem qualquer contraprestação financeira da prefeitura. Considerando o que dispõe a Doutrina do Direito Administrativo e a legislação aplicável, a operação descrita no Município configura:

- (A) Permissão.
- (B) Autorização.
- (C) Outorga legal.
- (D) Concessão comum.
- (E) Concessão patrocinada.

Questão 39. Considere que o Prefeito de um município pretende doar um terreno dominial pertencente à sua cidade para um município vizinho, o qual utilizará a área para construir uma instalação pública de pesquisa e preservação da fauna local. Levando em consideração a doutrina do Direito Administrativo e as disposições da Lei nº 14.133/2021, é CORRETO afirmar que, além da existência de interesse público devidamente justificado, os requisitos exigidos para que essa doação ocorra são:

- (A) Avaliação prévia, autorização legislativa e licitação dispensada, pois o donatário é ente da Administração Pública.
- (B) Avaliação prévia, autorização legislativa e licitação via leilão, que é obrigatória para a doação de imóveis.
- (C) Aprovação legislativa municipal e dispensa de avaliação prévia, por não haver fins lucrativos na pesquisa da fauna.
- (D) Autorização do Estado-membro, avaliação prévia e licitação, vedada a dispensa mesmo entre entes governamentais.
- (E) Utilização da concessão de uso, visto que a atual lei de licitações proíbe a doação de imóveis entre municípios.

Questão 40. Em um Município, Maria foi aprovada em todas as etapas de um concurso público para o cargo de Oficial Administrativo. Contudo, durante os exames médicos pré-admissionais, a junta médica municipal declarou a sua inaptidão para assumir o cargo. O laudo fundamentou-se no fato de que Maria foi diagnosticada e tratada de um carcinoma (câncer) há três anos. Apesar de os laudos médicos atuais comprovarem que ela está totalmente curada e não apresenta nenhum sintoma incapacitante para o trabalho, a comissão municipal argumentou que o histórico da doença carrega um risco incerto de recidiva. Para a Administração Municipal, a contratação representaria um risco de onerar o erário com futuras licenças de saúde e aposentadoria precoce, o que justificaria a sua exclusão com base no Princípio da Eficiência. Inconformada com a eliminação, Maria buscou as vias legais. Considerando os princípios básicos da Administração Pública aplicáveis ao caso narrado, a decisão da junta médica municipal é:

- (A) Inconstitucional, pois a junta médica municipal não possui competência legal para reprovar candidatos em exames admissionais.
- (B) Constitucional, pois a exclusão busca proteger o erário contra futuras licenças, prestigiando a Eficiência administrativa.
- (C) Constitucional, visto que o Município possui autonomia para restringir a posse com base no histórico de saúde progressiva.
- (D) Inconstitucional, pois veda a posse de candidata sem sintoma incapacitante, violando o Princípio da Impessoalidade.
- (E) Inconstitucional, pois a inaptidão por risco de recidiva só seria legítima caso a enfermidade relatada fosse contagiosa.